

ARQUEOLOGIA PORTUGUESA - ALGUNS PRESSUPOSTOS DE UMA NOVA DINÂMICA*

por

Vítor Oliveira Jorge

Tal como acontece com quaisquer outras questões do nosso tempo, que são interdependentes, os problemas da Arqueologia não se podem equacionar nem resolver isoladamente. Integram-se na gestão dos bens culturais, cuja extensão (adentro de um conceito de Cultura como envolvência) se confunde, praticamente, com todo o ambiente, natural e social, em que nos movemos. Ora, gerir significa fazer opções, estabelecer prioridades, articular meios dispersos, numa palavra, uma estratégia pensada, mas pragmática, capaz de atingir o máximo de fins com os meios realisticamente disponíveis. Se por “património arqueológico” podemos entender uma realidade tão ampla quanto possível (movimento expansivo do pensamento, inerente à vontade de “hegemonização” que é tendência de qualquer actividade), a definição daquela estratégia necessita a realização de concessões, o trabalho articulado com outros actores sociais, ou seja, uma contracção do referido movimento. Esta negociação estará sempre sobre a mesa: é um jogo interminável, reflectindo o carácter contraditório de todo o funcionamento social. A Arqueologia só crescerá se se fizer em confrontação permanente (no sentido construtivo, claro) com todas as outras esferas de actividade científica, cultural, e de intervenção no território. Nesse sentido, e transferindo para este contexto uma frase de Abel Salazar, aquele que só souber de Arqueologia nem de Arqueologia sabe. Inoperante ao nível da acção individual, necessariamente amadorística, a Arqueologia não pode ser programada em vaso fechado, mesmo que dotada de enormes equipas e de completos equipamentos.

E, no entanto, à medida que se abre, a Arqueologia tem necessidade de definir o seu estatuto, de se profissionalizar. Numa sociedade de “especialistas”, ela tem de circunscrever as suas capacidades técnicas específicas. Quem é e quem

* Divulgado no jornal *Público*, de 03-09-95.

não é arqueólogo, o que é que a sociedade pode legitimamente esperar deste, que estudos e graus o habilitam a tal. Uma profissão, com vários escalões e níveis de preparação, tem de surgir. Ninguém nos vai outorgar esse estatuto de mão beijada; somos nós, através de uma associação profissional (não confundir com sociedades ou associações científicas) que temos de lutar por ele.

O arqueólogo deverá pois ter, não um perfil, mas uma pluralidade deles. Isto é, adentro desta profissão cabe uma grande diversidade de vocações e de formações. Essa variabilidade adequa-se melhor aos múltiplos âmbitos em que a Arqueologia tem de actuar. E se cada indivíduo terá de se “especializar” particularmente numa dessas facetas, ele não poderá ignorar, pelo menos, a existência das outras, não deverá fechar os canais de comunicação com as restantes. Os melhores serão provavelmente seleccionados pela sua capacidade de articular um “saber fazer” que os torna imprescindíveis, com um “saber comunicar” que lhes permitirá a conjugação com outros colegas, de perfil diverso. Capacidade de focagem e de desfocagem das questões, reequacionamento constante das perspectivas e dos métodos num “tabuleiro de jogo” variável, readaptação ao “seu campo” de terminologias e de estratégias importadas de outros campos, poder de “exportar” para diferentes domínios conceitos e procedimentos inicialmente “seus” — eis algumas das características do “bom” arqueólogo. O seu “lugar”, contraditoriamente, tem de ter um mínimo de estabilidade (fronteiras profissionais) conjugado com um máximo de “dispersabilidade” (diálogo em todos os foros, indispensabilidade reconhecida pela sociedade num cada vez maior número de focos decisores). Não há uma “essência” da Arqueologia, ela é uma peça de um jogo, tão convencional como qualquer outro, e portanto em permanente disputa de um espaço de manobra. No planeamento do território, nos estudos de impacto ambiental e de impacto patrimonial (figura jurídica a criar), nas escolas (a todos os níveis de ensino, desde o inicial), nos museus, exposições e sítios de lazer, nas publicações (desde as brochuras e desdobráveis mais elementares), não há campo algum em que a Arqueologia não tenha um papel a jogar.

Porém, de que vale enunciar tudo isto se o conhecimento, valorização e usufruto do “património arqueológico” não forem sentidos como uma necessidade pelos actores sociais? Se o “desenvolvimento” for reduzido às necessidades básicas de higiene, alimentação, saúde, circulação, se a “cultura” for entendida como entretenimento (de elite ou de massas) e não como uma envolvente, se a “ciência” for instrumentalizada para a produção de tecnologia, a Arqueologia não será precisa para nada. A quem vou “vender” um produto, se este não é entendido como interessante pelo público, que tem de o pagar, ou directamente, ou através dos seus impostos? Toda uma nova noção de cultura terá de ser implementada, para que a Arqueologia possa exercer o seu papel, sair do apertado ghetto em que tem estado. Por que é que um engenheiro, um médico ou um advogado têm um esta-

tuto que o arqueólogo nem vislumbra? Obviamente, porque as pessoas têm de recorrer a eles para resolver problemas fundamentais da vida. Enquanto a cultura for entendida como um ornato, um espectáculo, ou uma mais-valia de prestígio, e não como um “produto de consumo” de primeira necessidade, a Arqueologia terá sempre um papel reduzido. E os discursos sobre a sua importância só serão ouvidos pelos já convencidos, como acontece nas seitas mais ou menos esotéricas — uma actividade e um saber funcionando em vaso fechado, em que o ruído dos aplausos é directamente proporcional ao auto-convencimento dos aderentes, sem transmissão para o exterior. Os apelos à preservação do património ou as lamentações sobre a sua destruição progressiva são lugar-comum do “happy end” de qualquer congresso de Arqueologia, numa impotência confirmada pela sua própria repetição.

Como sair deste círculo vicioso? Não há uma solução única, mas uma pluralidade de urgências, que têm de ser sistematicamente enfrentadas, calibrando o nível de “stress” para uma eficácia máxima.

A Arqueologia não se dirige preferencialmente a objectos, nem a locais privilegiados (repositórios de objectos ou estruturas), ilustrativos de momentos do “passado”. O seu campo de trabalho é toda a realidade actual envolvente, urbana, rural, subaquática. Os arqueólogos têm de lidar com “paisagens arqueológicas”. Essas paisagens não podem ser encaradas como estáticas — em todas as épocas se “agrediu” o meio, se transformou a natureza. O equilíbrio desta sempre foi dinâmico. Se uma “paisagem”, se um espaço qualificado com história, com memória, não for habitado por pessoas actuais, capazes de aí se desenvolverem segundo novos modelos, ela será um fóssil, um zoo humano. As áreas com valores arqueológicos — os quais urge, antes de tudo, inventariar, segundo “malhas” informativas hierarquizadas — têm de ser vivas, úteis, produtivas, voltadas para o futuro. Numa sociedade que mercantilizou tudo, temos de ter a imaginação suficiente para, ouvindo os habitantes de cada região, entrar em diálogo que nos permita equacionar soluções diversificadas e queridas pelas pessoas. A Arqueologia ou é um serviço público, sentido como tal, ou então nunca passará de uma parente pobre das outras ciências humanas. Sem o prestígio da História ou da Sociologia, e muito mais cara do que elas. Sem a espectacularidade de um concerto, sem o imediatismo de outros “produtos turísticos”.

Um Instituto Português de Arqueologia, autónomo e operacional, sem excesso de burocracia, capaz de articular uma actuação regional — descentralizada, envolvendo as autarquias —, com uma série de normas claras e capazes de dar coerência à acção governativa neste domínio, parece ser, como já propus anteriormente, uma solução possível. Uma instituição onde se pratique uma cultura de diálogo com todos os intervenientes no planeamento do território e nas grandes obras públicas. Onde se estabeleçam protocolos com outros organismos, públicos

ou privados. Onde se estimule o aparecimento de empresas de serviços e a acção criadora dos indivíduos, pois que o Estado não pode fazer tudo, sobretudo num domínio que atinge todo o território. Onde se definam prioridades, se apliquem com critério os dinheiros públicos e se veja obra que incentive os jovens a escolherem este ramo de actividade e a procurar nele um futuro. Não podemos perder mais tempo: há que pôr mãos à obra, antecipando e precavendo o aparecimento de casos como os do vale do Côa, uma área preciosa que qualquer país do mundo se orgulharia de ter. Se não, então sim, e para utilizar um dos topónimos daquele rio, o futuro do nosso passado irá desembocar numa verdadeira "Canada do Inferno".

Porto, Agosto de 1995